



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

CULTURA SURDA E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONCEITOS DE ETNICIDADE, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

*CANUTO, Geovani dos Santos**

*GERALDO, Ian Victor Cerqueira Leite***

*BASÍLIO, Ester Vitória ****

RESUMO: A presente comunicação tem como proposta falar da conturbada história dos surdos para que a partir daí possamos pensar maneiras de reparação no sentido de valoriza-la. Temos o objetivo de levantar, de forma sucinta, a trajetória das comunidades surdas e, com isso, apontar questões importantes que dizem respeito as diferentes políticas educacionais desenvolvidas para atender suas especificidades. Isso permeia a discussão sobre quais os métodos de ensino as instituições que acolhem os surdos devem utilizar, levando em consideração que existem diferentes escolas, com propostas e capacidades distintas. Esta discussão é importante na medida em que chama atenção para o fato de que as propostas de ensino estão diretamente ligadas ao o futuro das crianças surdas na sociedade, possibilitando ou não sua integração e sociabilização. Ressaltaremos um histórico de perseguição e marginalização a qual essas pessoas foram acometidas. Investigaremos também aspectos sobre o debate relacionado à cultura surda, assim como o histórico de lutas desta comunidade para seu reconhecimento. Além disso, ressaltamos como a manipulação de determinados elementos desta cultura – as escolas especiais como o Ines, por exemplo – no processo de constituição da identidade dos surdos, pensados nesta exposição a partir do conceito antropológico de “grupo étnico”. Utilizaremos o conceito de patrimônio cultural para analisar estas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

instituições, entendidas como o resultado de um processo de conquista de direitos e da luta pela delimitação das chamadas fronteiras étnicas.

Palavras-chave: Cultura surda – Identidade – Patrimônio – Oralismo – Língua de sinais

* Discente de História - UFF. Bolsista de Iniciação Científica (PROPI). E-mail: geoanicanutto@hotmail.com

**Discente de História - UFF. E-mail: iancerqueira.leite@gmail.com

*** Docente de Libras – UFF. Orientadora responsável pelas discussões que deram origem a presente comunicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

INTRODUÇÃO

Com a proposta de falar da conturbada trajetória dos surdos durante sua história para que a partir daí possamos pensar maneiras de reparação no sentido de valoriza-la, começaremos mostrando um histórico de perseguição, marginalização e crueldades que acometeram essas pessoas no passado e cujos efeitos ainda são percebidos. Diante disso, faz-se necessário pensar e analisar até que ponto podemos falar de uma cultura e identidade surda e as implicações disso para esse grupo e seu convívio no meio social.

Sendo assim, devemos abordar essa temática recorrendo sempre àquilo que Marta Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas (2009) chamam de “dever de memória”, ou seja, uma maneira de preservar a história sofrida de grupos marginalizados na sociedade para que, a partir daí, possamos achar meios de reparação. E para que esses grupos possam receber a devida atenção, além de uma política pública que vise inseri-los de forma plena na sociedade, o reconhecimento é necessário:

ou seja, a garantia, por parte do Estado e da sociedade, de que determinados acontecimentos não serão esquecidos, mas continuarão lembrados na memória de grupos e nações e registrados na história do país. Os grupos detentores de memória de sofrimento, nessa perspectiva, podem e devem receber reconhecimento (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2009, p.181)

Dessa forma, esse passado sofrido não deve cair em esquecimento, mas deve ser acionado para mobilizar lutas sociais e usos políticos de determinados grupos que foram oprimidos e injustiçados em algum período da história. E com isso, segundo as autoras, “tais memórias e narrativas devem ganhar visibilidade, por meio de sua patrimonização, através da mídia ou mesmo de muitas recordações e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

testemunhos que se impõem como versões legítimas do passado” (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2009 pag. 182).

Os surdos sempre tiveram um espaço muito reduzido na história de nossa sociedade, pois eram tidos como incapazes de pensar já que não podiam se expressar verbalmente e, portanto, eram pessoas que não possuíam nenhuma autonomia. Isso quando, na antiguidade, não eram perseguidos por causa dessa condição e submetidos a atrocidades. Como na China Antiga, na qual eram jogados ao mar; na Gália, em que eram oferecidos em rituais de sacrifício humano; ou em outros povos, como na Grécia e em Roma, onde acreditavam que essas pessoas eram desprovidas de inteligência, impossibilitadas de gerenciar seus atos e indignos da condição humana (BIGOGNO, 2010/11, p.2).

Portanto, “pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes” (SILVA, 2009, p.1). Essa falta de autonomia que o império romano impunha aos surdos, por causa da sua condição, perdurou por bastante tempo no Ocidente.

Contudo, na Espanha do século XVI, um alento veio a partir de um religioso beneditino também surdo, Ponce de León, que ensinava os surdos, filhos de nobres que precisavam falar para que pudessem ser reconhecidos como cidadãos e, com isso, ter direito a receber a herança e o título da família, a ler, escrever e falar (SILVA, 2009). A partir daí, começou a se esboçar uma preocupação para com essas pessoas que até então eram totalmente rechaçados e impedidos do convívio social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

A partir de então, houve um pequeno avanço no que diz respeito ao tratamento e direitos dos surdos, aparecendo outros educadores importantes em sua história, principalmente no século XVIII, para reafirmar a necessidade de ensiná-los a se expressar através de uma língua própria, como a língua de sinais, corroborando com o método oralista tão utilizado. Um desses educadores que se destacou foi o abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), que acreditava que os surdos podiam aprender a ler e a escrever por meio da Língua de Sinais. O abade percebeu que os surdos conseguiam, através do canal viso-gestual, desenvolver uma comunicação bem satisfatória, e com base nisso desenvolveu seu método educacional, chamado de “sinais metódicos”, baseado nesses sinais que os surdos usavam (MESERLIAN, VITALIANO, 2009).

Mesmo assim, o ensino da língua de sinais, comprovadamente mais eficiente que a filosofia do oralismo predominante, teve que se submeter por muito tempo aos métodos tradicionais que, assim como Ponce de Leon ensinava os filhos surdos de nobres, focava no aprendizado da escrita, leitura e fala do surdo. Isso se fez verdade ainda mais quando em 1880, o Congresso de Milão declarou que a educação dos surdos deveria priorizar o método oral, tendo grandes consequências para as comunidades dos surdos, que em muitos países, como no Brasil, eram obrigados a adotar essa forma de aprendizagem sob o risco de serem punidos caso fossem pegos usando a língua de sinais.

Esse método oral, preferível pelas famílias e instituições de ensino que estavam preocupadas em inserir os surdos na sociedade e, portanto, no convívio com os ouvintes dotando-os da língua própria a esses últimos, criou grandes dificuldades para os surdos na medida em que eles não conseguiam aprender satisfatoriamente a língua oral. E por causa disso, estas pessoas foram vistas como deficientes, postas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

em situação de desvantagem perante as pessoas ouvintes que dominavam muito melhor a língua oral. Fica claro, portanto, a deficiência desse método já que coloca os surdos em uma situação de extrema desigualdade, inviabilizando a pretensa proposta do mesmo que é inserir no surdo no meio social.

Os problemas do método oral, nesse sentido, nos provoca uma reflexão sobre a proposta que vem tendo sucesso há muito tempo, qual seja, a Língua de sinais. Faz-se necessário analisar suas contribuições para a comunidade dos surdos, ontem e hoje, principalmente no sentido de conferir uma identidade e cultura própria a esse grupo. Pois, segundo Karin Strobel (2009), através da Língua de sinais os surdos, além de se expressarem melhor com um sistema linguístico e cognitivo mais desenvolvido, acabam por se identificar como um povo, ligados por aquilo que é comum a todos eles: a surdez e uma concepção de mundo baseado na visão.

Definindo “cultura” em um sentido razoavelmente amplo, segundo a concepção de Peter Burke (2003, p.6) “de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”, podemos pensar, mediante o que foi abordado, as implicações de se reconhecer uma cultura e identidade surda.

Em *O Medo dos Bárbaros*, Tzvetan Todorov analisou os mecanismos utilizados por povos que se auto consideram “civilizados” para qualificar outros como “bárbaros”, grupos humanos que, segundo os primeiros, não possuem cultura. Em muitos casos, a incapacidade de se comunicar é tida como um sinal de inumanidade.

Assim, pode-se compreender (sem aprovar) o fato de que numerosas populações se consideram como únicas a serem plenamente humanas, lançando os estrangeiros para fora da humanidade: a razão é que, por ser incompreensível, a cultura dos estrangeiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

é julgada inexistente; ora, sem cultura o homem não chega a ser humano (TODOROV, 2008, p.40).

Strobel (2008) afirma que

Cultura surda é o jeito de o sujeito entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (STROBEL, 2008, p.22).

Este fenômeno explica a necessidade da luta histórica travada pelos surdos no sentido de reconhecimento da sua comunidade e de sua cultura. Esta afirmação é importante por que permite mudar uma concepção ainda generalizada de que os surdos são pessoas deficientes, o que gera consequências graves para a inclusão deste grupo na sociedade.

Dessa forma, na medida em que a filosofia do oralismo corrobora com essa concepção, torna-se premente fomentar um debate que vise mudar o estatuto da surdez de uma patologia para um fenômeno social, e para isso é indispensável falar de identidade e cultura surda recorrendo à Língua de Sinais (SANTANA; BERGAMO, 2005). Pois é através dela que podemos falar de um povo que prefere ser reconhecido como minoria social, como os negros e índios, que embora diferente (dos ouvintes), se afasta da ideia de “anormalidade” para serem vistos e reconhecido como Surdos, e não como deficientes. A Língua de Sinais, nesse sentido, passa a constituir a oportunidade de reconhecimento social dos surdos:

Conferir á língua de Sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas, tem repercussões também sociais. Ser normal implica ter língua, e se a anormalidade é a ausência de língua e de tudo o que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem etc.), a partir do momento em que se configura a língua de Sinais como língua dos surdos, o estatuto do que é normal também muda, ou seja, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

língua de sinais acaba por oferecer uma possibilidade de legitimação do surdo como “sujeito de linguagem”. Ela é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença, em normalidade. (SANTANA, BERGAMO, 2005, p.567)

Contudo, a Língua de sinais sofreu forte resistência para subir ao primeiro plano tanto nas instituições de ensino quanto no meio familiar de pessoas surdas. Percebemos que a filosofia do oralismo, mesmo que comprovadamente deficiente em sua proposta, orientou de forma predominante as escolas especiais de surdos até os anos de 1960. Porém, a partir desse momento, com pesquisas na área, a Língua de sinais passa a ser o método preferível para ensinar os surdos nessas escolas.

A metodologia que começou a ser utilizada na década de 1960, no entanto, mesmo que baseada na Língua de sinais, ainda não é predominantemente utilizada nas escolas atuais. Mesmo assim, obteve um imenso avanço no que diz respeito ao aprendizado e rendimento escolar das crianças surdas, causando de fato uma revolução para esse grupo que, a partir de então, pôde se ver como uma comunidade (ou varias comunidades) de pessoas normais que compartilhavam uma Língua, reforçando os laços de pertencimento a um grupo com traços culturais próprios.

Aprofundando ainda mais os avanços já conquistados, na década de 1990 surge a filosofia educacional que ainda é a mais utilizada atualmente: o Bilinguismo. Essa filosofia tem como proposta ensinar primeiramente a Língua de sinais ao surdo para que depois ele possa aprender a Língua oral de seu país e, com isso, ter maiores chances de se inserir de forma completa na sociedade, adquirindo, dessa maneira, a possibilidade de se sociabilizar tanto com outros surdos quanto com ouvintes. Segundo Rossana Aparecida Finau (2006):

[...] o bilinguismo de língua de sinais e oral é a única forma de dotar o surdo de instrumentos que lhe permitam interagir cedo com seus pais, desenvolver suas habilidades cognitivas, adquirir conhecimento de mundo, aprimorar a interação com a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

comunidade surda e ouvinte, promovendo o acultramento dentro de ambos os grupos sociais (FINAU, 2006, p. 220).

Dessa forma, o bilinguismo é uma possibilidade real de desenvolvimento psicossocial e cognitivo do surdo. Ademais, oferece ao surdo uma educação que lhe permite desenvolver suas potencialidades, além de promover uma integração social total. Vê-se, assim, o porquê desse modelo ser o mais adequado. Nesse sentido, o ideal seria o surdo aprender a Língua de sinais como sua primeira língua e aos poucos, ao longo do processo de formação do indivíduo, ele tentar aprender a língua do país como sua segunda língua. Nesse sentido, o modelo do bilinguismo é a melhor opção relativa à linguagem do surdo.

Contudo, o preconceito e a intolerância contra os surdos sinalizados, infelizmente, repele e afasta muitos surdos da aprendizagem da Língua de sinais. Além disso, a realidade vivida pelo surdo no Brasil é muito complicada. Pode-se afirmar que no país não há tanta estrutura e aceitação para com os deficientes auditivos como em outros países, por exemplo. Mesmo com o decreto número 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a lei número 10.436, de 24 de abril de 2002 e o artigo 18 da lei número 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no qual foi determinada a obrigatoriedade em um curso de Libras na formação de professores para o exercício do magistério; percebe-se que ainda há muito a ser mudado e melhorado.

A partir da análise que empreendemos sobre a história desse grupo e a necessidade de reconhecimento de uma cultura surda, com suas implicações tanto para a comunidade quanto para a sua relação e convívio com o mundo ouvinte, além dos métodos que corroboram para isso, como a Língua de Sinais e o Bilinguismo, e os que dificultam, como é o caso da filosofia do oralismo, investigaremos o papel



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

das escolas especiais para surdos a partir dos conceitos de grupo étnico, identidade e patrimônio cultural.

No início do século XIX, o termo “etnia” foi criado pelo francês Vacher Lapouge a partir da preocupação comum de muitos estudiosos em compreender a necessidade dos seres humanos de se organizarem em grupos e quais os mecanismos empregados nestes processos. Ao longo do século, o termo foi desenvolvido em diferentes abordagens, inclusive por aquelas relacionadas a teoria racial. Atualmente, o conceito de etnicidade pode ser entendido como uma

crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos que alimentam tal crença. A pertença étnica determina assim um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas e de oposições de estilo de vida [...] (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1997, p.38).

Autores como Weber já atentavam para a importância da religião e da língua no processo de formação das comunidades étnicas. Este autor, inclusive, afirmou que, dentro de um mesmo grupo, é possível observar uma série de diferenças religiosas e dialetais (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1997, p.38). Na comunidade surda, por exemplo, percebemos que estas heterogeneidades dialetais são comuns dentro da própria LIBRAS, uma vez que determinados sinais variam de um estado para outro, da mesma forma como ocorre em línguas como o português.

Existe um conjunto de críticas feitas às escolas especiais para surdos por parte de especialistas que acreditam que estas instituições acabam por promover o isolamento dos surdos, constituindo-se numa espécie de barreira entre surdos e ouvintes que impede o desenvolvimento de sua sociabilidade. Uma vez que o contato escolar se dá apenas com outros alunos surdos, estas crianças se tornariam progressivamente incapazes de se relacionar com o mundo ouvinte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Ao analisar os diferentes mecanismos de geração e manutenção dos grupos étnicos, Fredrik Barth chamou a atenção para os espaços de fronteira entre tais grupos. Para o autor, a existência da fronteira étnica entre dois grupos é resultado de

uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento [...] Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas, de diferenças nos critérios para julgamento de valor e de performance (BARTH, 200, p.34).

Assim, as escolas especiais devem ser vistas como o resultado de um processo de luta por conquistas e garantia de direitos da comunidade surda. A fronteira étnica que buscam construir é criada no esforço de “delimitação” de sua comunidade e, neste esforço, estas escolas são entendidas como um importante espaço de socialização para uma comunidade que não se constitui com base em identidade geográfica.

Imerso em uma cultura oralizada, em muitas ocasiões o surdo encontra na escola o único espaço capaz de lhe proporcionar um encontro com seus pares; cabe lembrar que, muito frequentemente, a própria família é constituída de pais ouvintes desconhedores da linguagem de sinais. O isolamento dos surdos não se dá por conta da existência destas instituições, mas pela incapacidade da nossa sociedade em compreender estes indivíduos.

No artigo *Comunidade e escolas de surdos: intersecções e produção de subjetividades* publicado em 2011 na Revista Espaço, periódico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Camatti e Lunardi-Lazzarin analisaram as relações entre as escolas especiais e a comunidade surda a partir de entrevistas com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

professores e alunos de instituições de ensino especiais para surdos do Rio Grande do Sul. Neste estudo, as autoras identificaram um processo de subjetivação dos surdos no cenário de convergência entre a comunidade surda e as escolas especiais.

A partir das ideias de Foucault, defendem que falar de sujeitos históricos é falar dos processos nos quais estes se constituem como sujeitos, portanto, falar nos processos de subjetividade do sujeito surdo. A comunidade surda, como defendem “se insere na escola com o objetivo de investir nela e de produzir, através dos processos de pedagogização escolar, formas específicas de ser surdo” (CAMATTI e LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 34-35).

As autoras argumentam que a ideia de subjetivação vai além do discurso sócio antropológico, que tem como ponto de partida as diferenças surdas a partir de uma base antropológica e cultural. Defendem que falar do processo de constituição destes indivíduos em sujeitos surdos significa falar não apenas das especificidades culturais e linguísticas, mas de sua história como um todo:

Com isso, é pertinente partir da concepção de que as formas de subjetivação estão relacionadas ao contexto político de uma época. Com a recorrência dos discursos que passam a tomar a surdez como diferença linguística e cultural, e os surdos como sujeitos de uma experiência visual, são configurados modos específicos de pensar e de articular a educação de surdos. Da mesma forma, tais discursos suscitam a organização da comunidade surda e, com isso, forma-se um cenário no qual comunidades surdas e escolas específicas para surdos¹ se cruzam constantemente (CAMATTI e LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p.34).

¹ “Neste artigo, faz-se referência às escolas específicas para surdos por ser um espaço que ainda consegue manter-se em diversas cidades do Rio Grande de Sul, mesmo frente às propostas de inclusão educacional dos surdos em escolas regulares. No entanto, é preciso destacar que a manutenção de tais escolas é fruto de intensa militância e reivindicação por parte de surdos e ouvintes envolvidos com a causa da educação de surdos”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Pesquisas recentes têm focado sua atenção para a educação de surdos como um campo específico de conhecimento, contrapondo-se a autores que buscam posicioná-la dentro do âmbito geral da educação especial. Essa diferença de posicionamento pode ser percebida em dois documentos relacionados a educação de surdos: a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* de 2008 e o *Decreto nº 5.626/05*.

A *Política* defende a importância do processo de inclusão de alunos considerados especiais na rede regular de ensino, rompendo com a legislação anterior que previa somente a matrícula daqueles alunos considerados capazes de se integrar ao sistema (LODI, 2013, p.52).

O Decreto, por sua vez, foi promulgado três anos antes, logo após a aprovação da lei que deu reconhecimento legal à LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda. Resultado de uma série de reivindicações da comunidade surda e pela pressão feita por especialistas na área da educação de surdos, ele se dedica apenas aos processos educacionais referentes a este grupo. Como afirma Ana Cláudia Lodi,

Enquanto o texto da *Política de Educação Especial* visa instituir objetivos e traçar diretrizes que deem conta da enorme diversidade que constitui o alunado brasileiro, o texto do Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre os processos educacionais específicos das pessoas surdas. Enfatiza a necessidade de implantação da educação bilíngue para esses alunos e, a fim de que essa proposta seja efetivada, estabelece como deve ser a formação dos profissionais para atuarem junto a esses estudantes (LODI, 2013, p.53).

A autora afirma que, no texto da *Política*, a LIBRAS adquire um caráter instrumental, pois não se menciona qual língua deve ser utilizada pelos professores em sala de aula ditas “inclusivas”, “desconsiderando o fato de ser impossível o uso de ambas concomitantemente”. Ainda que preveja a necessidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

tradutores e interpretes de LIBRAS em sala de aula, ignora as diferentes fazes nas quais as crianças surdas adquirem sua compreensão da língua de sinais, processo este que leva mais tempo do que se comparado às crianças ouvintes, inseridas numa conjuntura familiar onde desfrutam da vantagem de utilizar a mesma língua que a família (LODI, 2013, p.52-55). Tais disposições revelam quão utópica pode ser a ideia de educação inclusiva.

O decreto, por sua vez, não exclui a possibilidade da matrícula de surdos em escolas regulares, mas enfatiza a importância das escolas bilíngues, a centralidade da LIBRAS como língua utilizada para “mediar os processos escolares”, considerando as especificidades de ensino-aprendizagem destes alunos (LODI, 2013, p.52-55).

Conforme lembra Patrícia Azevedo, especialista em Educação Bilíngue para Surdos pelo INES e professora do Colégio de Aplicação da mesma instituição,

A experiência do professor frente a uma classe de alunos com deficiência auditiva, com uma Língua estruturada diferente à da Língua Portuguesa, requer uma prática pedagógica com outro olhar, não apenas no pensar em atuar na Educação Inclusiva, mas em praticar o exercício com uma comunidade que mantém sua cultura e língua preservadas legalmente (AZEVEDO, 2016, p. 118).

Na medida em que o corpo docente está familiarizado com as práticas e necessidades especiais de seus alunos, ele se torna capaz de elaborar atividades que permitam aos alunos desenvolver maior receptividade em relação à disciplina ensinada (GOUVEA, 2007, p.15-22).

Atualmente costuma-se utilizar a expressão *artefatos culturais do povo surdo* para designar uma série de componentes que fazem parte da cultura surda, como a Língua de Sinais, por exemplo.

É especialmente na busca e na argumentação em favor dos artefatos culturais do povo surdo que se mantém toda a comunidade. E também através deles que a barganha pelo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

território físico e simbólico surdo se sustenta, especialmente tendo em vista que a cultura se tornou um modo legítimo ao qual recorrem os povos para demarcar um espaço e criar seu próprio nicho na sociedade. A identidade comum, aqui, também apela ao compartilhamento cultural. E nesse contexto que é possível retirar a naturalidade da união na comunidade e, ao invés disso, atribuir condições – permanentemente (re) inventadas - a partir das quais emerge a necessidade da busca pela proteção comunitária (CAMATTI e LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p.37)

Ainda que ligados diretamente a história de formação dos estados nacionais, a ideia de patrimônio teve seu significado expandido e alterado desde o século XIX. Como defende Marcia Chuva, professora da Unirio e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,

A noção de patrimônio, embora tenha recebido uma série de adjetivações ao longo do tempo (histórico, artístico, paisagístico, genético, tangível, intangível, material, imaterial, móvel), está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tal. Ou seja: construir e/ou inventar e preservar o patrimônio se constitui na prática cultural de atribuições e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade (CHUVA, 2008, p.31).

No conjunto de entrevistas realizadas por Camatti e Lunardi-Lazzarin, destacamos a resposta de uma criança que matriculada em uma destas instituições, e, a partir dela, podemos compreender a importância de ver nas Escolas Especiais (com Letra Maiúscula) um patrimônio cultural desta comunidade:

A escola de surdos, para mim, tem um significado importante, especialmente pela questão identitária, haja vista que aqui estou com os meus pares surdos. Além disso, o fato de as disciplinas serem interpretadas, o uso constante da Língua de Sinais, o Sign Writing, enfim, elementos característicos da cultura surda, favorecem a aprendizagem e também a construção dessa identidade surda. (Aluno de Santa Maria) (CAMATTI e LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p.38).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Em *O INES e a Educação de Surdos No Brasil*, Solange Maria da Rocha elaborou uma análise da trajetória histórica desta instituição – elaborada no aniversário de 150 anos da instituição – e, a partir de sua obra, podemos perceber como a história das escolas especiais para surdos se confunde com a história de sua própria comunidade.

A autora, que apresenta sua obra como uma “peça de memória” (ROCHA, 2007, p. 9-11), disserta desde suas diferentes propostas pedagógicas utilizadas no decorrer de sua história, quando, em 1982, a curiosidades sobre sua história, como o episódio no qual o ator Toni Ramos visitou a instituição à época da novela *Sol de Verão*, produzida pela Rede Globo, onde representava o papel de um personagem surdo (ROCHA, 2007, p.117-118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, acreditamos ter contribuído, primeiramente, para trazer à tona questões que dizem respeito à história de sofrimento dos surdos e que tem repercussões ainda hoje, necessitando, desta forma, de mecanismo que visem o debate em torno da lembrança de acontecimentos que não devem ser esquecidos, mas trazidos para o plano de lutas sociais e políticas, em prol de melhorias e reparações para compensar os danos do passado.

Contar e recontar a história das comunidades surdas, portanto, nos ajuda a perceber onde estão as falhas que ainda hoje se fazem presente em instituições de ensino e familiares, contribuindo para a inclusão efetiva dos surdos na sociedade dos ouvindo, sem deixar de considerar sua cultura e identidade própria. Pois é através dessas, que os surdos conseguem uma visibilidade útil, no sentido de se perceberem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

e se fazerem percebidos como um grupo dentre as minorias que, apesar de diferentes, não devem ser estigmatizados como deficientes por terem uma concepção de mundo baseado na visão. Mas pelo contrário, com a utilização da Língua de Sinais, mobilizam a surdez como uma característica em comum que cria laços de pertencimento a um grupo com traços culturais próprios.

No que se refere às Escolas Especiais, não se trata de entender estas instituições como uma “fórmula perfeita”, totalmente pronta e completa para atender as necessidades da comunidade surda. Estas necessidades variam com o desenvolvimento de sua história, e novas políticas educacionais serão elaboradas com o avanço das pesquisas. Acreditamos que, nesta apresentação, colaboramos para o entendimento dos surdos a partir do conceito antropológico de grupo étnico, seus processos de subjetivação e a importância que Escolas Especiais possuem neste processo. Ressaltamos, inclusive, a relevância de um maior diálogo com instituições como o IPHAN no reconhecimento destes espaços como Patrimônio Cultural para a comunidade surda e, inclusive, para o país.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; & DANTAS, Carolina Vianna. “Em torno do passado escravista ações afirmativas e historiadores”. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHAES, M. S. (Orgs.). **A escrita da história escolar:**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009. v. 01.

AZEVEDO, Patricia Barcelos. A avaliação de aprendizagem escolar na perspectiva bilíngue no INES: Múltiplos sentidos e conceitos na visão docente. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, Nº33, 2016, p.110-145.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** Editora UNISINOS, Coleção Aldus, 2003.

BIGOGNO, Paula Guedes. “Cultura, Comunidade e Identidade Surda: o que querem os surdos” In: **Jornada de Ciências Sociais**, UFJF, 2010/11. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf>> Último acesso: 08/06/2017

CAMATTI, Liane; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lize. Comunidade e escola de surdos: intersecções e produção de subjetividades. **Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES.** Rio de Janeiro, nº 35, Jan/Jun. 2011, p.33-41.

CHUVA, Marcia. O ofício do Historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: Copedoc. (Org.). **A pesquisa histórica no IPHAN.** 1ªed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008, v. p. 27-43.

FINAU, Rossana Aparecida. “Possíveis Encontros entre Cultura Surda, Ensino e Linguística.” In: QUADROS, R. M. (Org). **Estudos Surdos I.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006

GOUVÊA, Eliane. Conhecendo Goya. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, vol.16, 2007, p.15-22.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº5.626/05. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013, p. 49-63.

MESERLIAN, K. T. ; VITALIANO, C. R. ; CONCEICAO FILHO, D. . Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. In: Maria Julia Lemes Ribeiro. (Org.). **Educação Especial e Inclusiva: teoria e prática sobre o atendimento á pessoa com necessidades especiais**. 1ed.Maringá: EDUEM, 2012, v. 1, p. 87-100.

POUTIGNAT, Philippe ; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, UNESP, 2011.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Volume 1, 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2008.

BERGAMO, A.; SANTANA, A. P. . Cultura e Identidade Surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação e Sociedade**, Unicamp, v. 26, p. 565-582, 2005.

SILVA, Silvana Araújo. “Conhecendo um pouco da história dos surdos”, Londrina, PR, 2009

STROBEL, Karin. “História da Educação de Surdos”. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009

----- . “A Imagem do Outro Sobre a Cultura Surda”. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.